

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	45
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	363.558
Preferenciais	0
Total	363.558
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.827.176	1.808.321
1.01	Ativo Circulante	51.777	66.126
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.722	10.667
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.332	28.532
1.01.03	Contas a Receber	20.848	19.256
1.01.03.01	Clientes	20.199	18.615
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	649	641
1.01.06	Tributos a Recuperar	967	772
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	967	772
1.01.07	Despesas Antecipadas	13.516	4.763
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.392	2.136
1.01.08.03	Outros	2.392	2.136
1.02	Ativo Não Circulante	1.775.399	1.742.195
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.387	16.717
1.02.01.07	Tributos Diferidos	19.306	12.425
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.306	12.425
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	2.576	2.949
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.505	1.343
1.02.03	Imobilizado	2.376	2.701
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.376	2.701
1.02.04	Intangível	1.749.636	1.722.777

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.827.176	1.808.321
2.01	Passivo Circulante	1.077.346	1.087.100
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.413	8.008
2.01.02	Fornecedores	16.462	30.811
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.462	30.811
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.873	4.679
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.758	1.916
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	43	141
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.072	2.622
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	984.820	983.442
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	984.820	983.442
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	984.820	983.442
2.01.05	Outras Obrigações	65.778	60.160
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	54.593	54.558
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	54.593	54.558
2.01.05.02	Outros	11.185	5.602
2.02	Passivo Não Circulante	424.325	382.303
2.02.02	Outras Obrigações	353.863	340.825
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	353.863	340.825
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	353.863	340.825
2.02.04	Provisões	70.462	41.478
2.02.04.02	Outras Provisões	70.462	41.478
2.03	Patrimônio Líquido	325.505	338.918
2.03.01	Capital Social Realizado	363.558	363.558
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-38.053	-24.640

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	106.309	221.953	114.909	242.672
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-69.973	-150.807	-65.570	-142.370
3.03	Resultado Bruto	36.336	71.146	49.339	100.302
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.793	-11.021	-4.435	-9.950
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.897	-11.469	-4.523	-10.020
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	104	448	88	70
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	30.543	60.125	44.904	90.352
3.06	Resultado Financeiro	-39.525	-80.419	-40.708	-81.256
3.06.01	Receitas Financeiras	584	1.091	160	854
3.06.02	Despesas Financeiras	-40.109	-81.510	-40.868	-82.110
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.982	-20.294	4.196	9.096
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.111	6.881	-1.429	-3.126
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.871	-13.413	2.767	5.970
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-5.871	-13.413	2.767	5.970
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-5.871	-13.413	2.767	5.970
4.03	Resultado Abrangente do Período	-5.871	-13.413	2.767	5.970

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	46.006	40.357
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	91.455	102.300
6.01.03	Outros	-45.449	-61.943
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-29.558	-16.879
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-22.393	-25.749
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-5.945	-2.271
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.667	6.382
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.722	4.111

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	363.558	0	0	-24.640	0	338.918
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	363.558	0	0	-24.640	0	338.918
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.413	0	-13.413
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.413	0	-13.413
5.07	Saldos Finais	363.558	0	0	-38.053	0	325.505

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	313.558	0	0	-24.866	0	288.692
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	313.558	0	0	-24.866	0	288.692
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.970	0	5.970
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.970	0	5.970
5.07	Saldos Finais	313.558	0	0	-18.896	0	294.662

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	238.669	259.076
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	197.323	191.947
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	41.346	67.129
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-125.544	-118.861
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-41.347	-67.129
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48.448	-29.110
7.02.04	Outros	-35.749	-22.622
7.03	Valor Adicionado Bruto	113.125	140.215
7.04	Retenções	-16.843	-12.527
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-16.843	-12.527
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	96.282	127.688
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.539	924
7.06.02	Receitas Financeiras	1.091	854
7.06.03	Outros	448	70
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	97.821	128.612
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	97.821	128.612
7.08.01	Pessoal	16.252	17.288
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.591	14.586
7.08.01.02	Benefícios	1.781	1.584
7.08.01.03	F.G.T.S.	880	1.118
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	12.729	22.984
7.08.02.01	Federais	3.166	13.816
7.08.02.02	Estaduais	99	76
7.08.02.03	Municipais	9.464	9.092
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	82.253	82.370
7.08.03.01	Juros	81.436	81.517
7.08.03.02	Aluguéis	797	734
7.08.03.03	Outras	20	119
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.413	5.970
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.413	5.970

1. Perfil da Companhia

1.1. Apresentação

A Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO") foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com propósito de explorar o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A Concessão tem o objetivo de executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação da BR-163 MT, através do Contrato de Concessão "EDITAL Nº 003/2013, Parte VII" assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato ("CONTRATO"). Conforme o Contrato de Concessão, os investimentos no Projeto são determinados pelo Programa de Exploração da Rodovia ("PER").

1.2. Destaques Operacionais e Financeiros

A Companhia anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018 (2T18) e ao primeiro semestre de 2018 (1S18). As informações financeiras e operacionais a baixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 30 de junho de 2017 (2T17) e ao primeiro semestre de 2017 (1S17).

➤ A Companhia completou quarto ano de implantação no dia 20 de março de 2018. Com investimento acumulado R\$ 1,7 bilhão em obras de recuperação, operação, ampliação e melhoria do sistema rodoviário sob concessão, recolheu R\$ 86 milhões em ISSQN aos cofres de 19 municípios referente a obras e arrecadação, atendeu 426.252 ocorrências e acidentes, beneficiando 131.081 pessoas, através de seus programas de responsabilidade social.

➤ No segundo trimestre de 2018 foram celebrados o 8º aditamento ao empréstimo ponte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o 4º aditamento ao empréstimo ponte da Caixa Econômica Federal – CEF. Em 15 de maio de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES com as condições, para (i) substituir no âmbito do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, a partir de 15 de maio de 2018, a metodologia de cálculo dos juros remuneratórios incidentes sobre o principal, utilizando-se da Taxa de Longo Prazo - TLP em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, (ii) prorrogar a data de vencimento da parcela única de amortização do principal da dívida, de 15 de maio de 2018 para 15 de agosto de 2018, (iii) prorrogar automaticamente a data de vencimento da parcela única de amortização do principal da dívida, para 15 de novembro de 2018, desde que ocorra

Comentário do Desempenho

a apresentação da prorrogação das cartas de fiança ou renovação das Cartas de Fiança vigentes, com validade e vigência, no mínimo, até 15 de dezembro de 2018. Em 14 de junho de 2018 foi assinado junto à CEF o aditamento para prorrogação do prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2018 para 20 de novembro de 2018.

1.3. Perspectivas



A CRO busca financiamento para fazer face aos investimentos previstos no contrato de concessão. Como financiamento principal a Concessionária vem negociando um financiamento de Longo Prazo, cujas condições de apoio foram divulgadas em 2013 por BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, para as licitações de Concessões de Rodovias Federais integrantes do Programa de Investimentos em Logística ("PIL"). Além do financiamento principal, a CRO considera outras fontes de financiamento, entre elas, debêntures de infraestrutura ou outras fontes que poderão ser exploradas pela Concessionária.



Para o próximo trimestre está prevista a realização de auditoria interna, pré-requisito para a auditoria de recertificação na NBR ISO 9001:2015 e NBR ISO 14001:2015.

2. Desempenho Econômico Financeiro

2.1. Tráfego

Categoria	Em milhares de VEP					
	2T18	2T17	Var. (%)	2S18	2S17	Var. (%)
Pesado	18.650	17.588	6%	37.826	35.431	7%
% Veic. Eq. Totais	90%	89%	-	89%	89%	-
Leve	2.143	2.189	-2%	4.561	4.464	2%
%Veic. Eq. Totais	10%	11%	-	11%	11%	-
Total Veq.¹	20.793	19.777	5%	42.387	39.895	6%

¹ Veículos Equivalentes Pagantes ("VEP") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes).

Durante o segundo trimestre de 2018, o tráfego pagante alcançou um total de 20.793 mil em VEP, valor 5% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior, quando atingiu um volume de 19.777 mil VEP. O tráfego pagante do período foi composto de 90% de veículos pesados e 10% de veículos leves.

No acumulado de 2018 o tráfego apresenta um crescimento de 6% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho

2.2. Receitas

Em milhares de reais						
Descrição	2T18	2T17	Var. (%)	1S18	2S17	Var. (%)
Receitas de Pedágio	96.354	93.672	3%	196.280	188.712	4%
Receitas Acessórias e Outras	556	2.310	-76%	1.043	3.235	-68%
Receita Bruta	96.910	95.982	1%	197.323	191.947	3%
Tributos/deduções sobre serviços de operação	(8.213)	(8.213)	0%	(16.708)	(16.274)	3%
Receita Líquida	88.697	87.769	1%	180.615	175.673	3%

A receita total gerada pela arrecadação do pedágio, pelas receitas acessórias e outras receitas foi de R\$ 96.910 mil no segundo trimestre de 2018, em linha ao mesmo período de 2017, entretanto a receita acessória teve queda de 76% comparada com ao mesmo período de 2017. A receita líquida, por sua vez, foi de R\$ 88.697 mil.

A receita líquida do primeiro semestre de 2018 foi de R\$ 180.615 mil.

2.3. Custos e Despesas

Os custos e despesas totais refletem os Custos de serviços, Custos de Obra de Infraestrutura e as Despesas Gerais e Administrativas.

Em milhares de reais						
Descrição	2T18	2T17	Var. (%)	1S18	1S17	Var. (%)
Custos dos serviços	(52.356)	(38.339)	36,6%	(109.460)	(75.241)	45,5%
Custos de obra de infraestrutura	(17.617)	(27.231)	-35,3%	(41.347)	(67.129)	-38,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(5.897)	(4.523)	30,4%	(11.469)	(10.020)	14,5%

Os custos de serviços incorridos durante o segundo trimestre de 2018 totalizaram R\$ 52.356 mil. Os Custos de Obra de Infraestrutura, por sua vez, totalizaram R\$ 17.617 mil de abril a junho de 2018, valor 35,3% inferior ao registrado para o mesmo período do ano anterior. Os custos de serviços e despesas gerais e administrativas apresentou um acréscimo de 30,4% quando comparado ao mesmo período.

2.4. EBITDA

Em milhares de reais						
Descrição	2T18	2T17	Var. (%)	1S18	1S17	Var. (%)
Resultado líquido	(5.871)	2.767	-312%	(13.413)	5.970	-325%
(+/-) Impostos (IR/CS)	(3.110)	1.429	-318%	(6.881)	3.126	-320%
(+/-) Resultado Financeiro	39.527	40.708	-3%	80.419	81.256	-1%
(+/-) Outras (despesas) receitas	(104)	(88)	18%	(447)	(70)	539%
(+/-) Depreciação / Amortização	8.753	6.474	35%	16.846	12.526	34%
(+/-) Provisões	13.920	6.600	111%	26.359	11.466	130%
EBITDA	53.115	57.890	-8%	102.883	114.274	-10%

Comentário do Desempenho

O EBITDA no segundo trimestre de 2018 foi de R\$ 53.115 mil, registrando redução em relação ao mesmo período de 2017, de 8%. O EBITDA acumulado no primeiro semestre foi R\$ 102.883 mil.

2.5. Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais					
	2T18	2T17	Var. (%)	1S18	1S17	Var. (%)
Receitas Financeiras	584	160	264,3%	1.091	854	27,7%
Despesas Financeiras	(40.109)	(40.868)	-1,9%	(81.510)	(82.110)	-0,7%
Resultado Financeiro Líquido	(39.525)	(40.708)	-2,9%	(80.419)	(81.256)	-1,0%

O resultado financeiro líquido da Companhia no 2T18 foi negativo em R\$ 39.528 mil, redução de 2,9% quando comparador ao mesmo período de 2017. As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 584 mil.

2.6. Endividamento

Descrição	Em milhares de reais		
	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	Var. (%)
Dívida Bruta	984.820	983.442	0,1%
Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(14.054)	(39.199)	-64,1%
Dívida Líquida	970.766	944.243	2,8%

Ao final do segundo trimestre de 2018 o endividamento líquido da Companhia apresentou recuo de 2,8% comparado ao final do ano anterior, totalizando R\$ 970.766 mil. O valor de Caixa, Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras foi 64,1% menor no mesmo comparativo, devido, principalmente pela manifestação caminhoneiros.

2.7. Investimentos

Os investimentos acumulados até o segundo semestre de 2018 totalizaram R\$ 1.749,636 mil sendo destinados aos trabalhos de conservação, recuperação, tapa-buraco, sinalização, à recuperação de vias marginais, de obras de arte especiais, à construção de um Posto de Pesagem, bem como conservação e recuperação de trechos assumidos recentemente através de Termos Aditivos ao Contrato de Concessão.

Para o pleno atendimento do PER, são estimados ao longo da concessão R\$ 6,8 bilhões em investimentos, sendo R\$ 3,4 bilhões durante os primeiros 5 anos do Projeto.

3. Informações da Companhia

3.1. Gestão de Pessoas

Comentário do Desempenho




A base para integração de Pessoas dentro da empresa é feita através dos princípios, conceitos e critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht ("TEO"). Nos pilares da TEO está a orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada e a educação pelo e para o trabalho.

A base de todo o trabalho é a confiança nas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A CRO terminou o segundo trimestre de 2018 com o efetivo de 632 integrantes diretos.

3.2. Atendimento ao Usuário

A CRO presta serviços de atendimento ao usuário com a disponibilização de 18 bases operacionais, serviço de atendimento médico com 13 ambulâncias de resgate e 5 UTI's com médico, 19 viaturas de inspeção, 18 guinchos para atendimento a veículos de passeio e 8 para atendimento exclusivo a caminhões, além de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa), 5 caminhões-guindaste e 5 veículos para apreensão de animais. Toda esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia, bem como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), além do Centro de Controle de Operações ("CCO"), que monitora a rodovia 24 horas por dia.

Durante o segundo trimestre de 2018 o CCO registrou 26.323 ocorrências, das quais resultaram em acionamentos para os veículos de apoio, destacando-se:

-  8.638 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guinchos e combate a incêndio.
-  5.062 acionamentos para remoção de veículos.
-  1.843 acionamentos para as ambulâncias.

4. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima, de propósito específico, de capital fechado registrada na categoria B perante a CVM, criada sob a forma de subsidiária integral da Odebrecht Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.

Comentário do Desempenho

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia. A Diretoria deverá ser composta de no mínimo dois Diretores, e, no máximo, quatro Diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente e Diretor Técnico de Engenharia, um Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, e um Diretor de Operações. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

A Rota do Oeste implantou, em 2014, um Sistema de Conformidade com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética e responsável na tarefa empresarial ("Sistema de Conformidade"). Esse Sistema de Conformidade inclui: (i) implementação do Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) criação e plena operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) implantação do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoria adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

Uma série de iniciativas para aprimoramento e robustez do Sistema de Conformidade da Rota do Oeste foram iniciadas em 2016, as quais decorrem de alterações realizadas no âmbito de sua controladora após reestruturação da estrutura de governança de seu Sistema de Conformidade. Dentre as ações em curso, incluem-se (i) a elaboração de matriz de riscos e controles; (ii) participação em compromissos públicos ligados ao tema conformidade (a Odebrecht Transport S.A. é signatária do Pacto Global da ONU desde março de 2016); (iii) revisão e criação de políticas e diretrizes internas; (iv) plano para capacitação de seus Integrantes sobre o Código de Conduta e políticas/diretrizes internas; e (v) elaboração de campanhas de comunicação interna para reforço das mensagens do Código de Conduta da Rota do Oeste.

5. Responsabilidade Socioambiental

5.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

No segundo trimestre de 2018 a Companhia realizou uma edição Projeto Rota Segura.

O Projeto Rota Segura é realizado pela Concessionária Rota do Oeste em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso (DETRAN/MT) e as Secretarias Municipais de Trânsito. Tem por objetivo conscientizar e sensibilizar todos os públicos sobre educação para o trânsito, por meio de palestras e peças teatrais educativas e lúdicas nos municípios da área de influência da Concessão.

Desde 2014, o Rota Segura já teve 27 edições, com cerca de 98 mil beneficiados. É um projeto alinhado com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Década de Ação pela Segurança no Trânsito (2011-2020), tanto que, a partir deste ano, incorporou ações da campanha Maio Amarelo, movimento mundial que chama a

Comentário do Desempenho

atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo, trazendo atitudes que visam reduzir esses números.

Na primeira edição de 2018, o Projeto envolveu 1.623 participantes, com 12 ações realizadas em 11 organizações parceiras, incluindo empresas privadas e instituições de ensino superior.

No 2T18 a CRO gerou ingressos de recursos direto aos cofres dos municípios lindeiros no valor de R\$ 737 mil a título de ISSQN sobre os investimentos realizados em obras, e R\$ 4.611 mil a título de ISSQN sobre a arrecadação do pedágio, totalizando a destinação de R\$ 51.196 e R\$ 35.244 mil desde a implantação da Companhia, respectivamente.

5.2. Sustentabilidade

A gestão ambiental da CRO inclui a execução de programas como o Programa Integrado de Controle e Gestão Ambiental para a Construção, Programa de Monitoramento e Controle dos Atropelamentos da Fauna Silvestre, Programa de Monitoramento e Controle de Supressão Vegetal, e todos aqueles inerentes ao processo de licenciamento das obras de duplicação.

Durante a elaboração dos estudos ambientais para o licenciamento das obras de duplicação, foram considerados potenciais impactos nas comunidades indígenas localizadas em um raio de 40 km dos trechos a serem duplicados, conforme determinado na Portaria Interministerial nº 419/2011. Na área considerada existem dois Territórios Indígenas ("TI") da etnia Bororo, as TIs Tereza Cristina e Tadarimana, que somam mais de mil indígenas.

Em 2016 a CRO obteve as certificações da efetiva implantação e conformidade de seus Sistemas de Gestão baseados na NBR ISO 9001:2008 e NBR ISO 14001:2004. Em 2017 tais certificações foram atualizadas para sua versão 2015, reafirmando o compromisso da CRO na implantação de uma gestão moderna, transparente, voltada para o atendimento integral dos requisitos ambientais e às melhores práticas de governança corporativa, além da busca contínua pela melhoria dos processos de gestão, que se traduzem no correto atendimento aos usuários da BR-163/MT.

6. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, as Informações Financeiras da Concessionária Rota do Oeste S/A referente ao relatório sobre a revisão de informações trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018 foram auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes que não prestou durante o período auditado outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores. A contratação do serviço de auditoria teve início em 01/01/2018, com término em

Comentário do Desempenho

31/12/2018. O valor do contrato no exercício de 2018 é de R\$ 163.265. As informações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

7. Agradecimentos

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da Companhia.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o semestre findo em 30 de junho de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Companhia" ou "CRO"), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado. Foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "Poder Concedente"):

Objeto do contrato	Prazo	Poder concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	ANTT

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBVias") e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. ("OTP").

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria "B" à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia possui autos de infração lavrados pela ANTT, mediante os quais a Agência alega

Notas Explicativas

o descumprimento de determinadas obrigações previstas no Contrato de Concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER). Não houve, até o momento, trânsito em julgado dos processos administrativos instaurados pela ANTT.

No semestre findo em 30 de junho de 2018, não ocorreram mudanças relevantes.

Capital circulante líquido negativo

Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresenta o Capital Circulante Líquido ("CCL") negativo de R\$ 1.025.569 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 1.020.974), principalmente, em virtude dos financiamentos de curto prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social ("BNDES") e a Caixa Econômica Federal ("CEF"), com vencimentos em 15 de agosto de 2018 e 20 de novembro de 2018, respectivamente. A Companhia previa em seu Plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do País trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas. Para equalizar os efeitos do CCL negativo, a Companhia utilizou os recursos advindos das atividades operacionais da Companhia no semestre findo em 30 de junho de 2018 e os aportes dos acionistas (Nota nº 19) e os mútuos subordinados contratados (Nota nº 10), para equalizar o CCL, até que ocorra a captação do empréstimo de longo prazo.

Investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada "Operação Lava Jato", que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte.

Apesar da Odebrecht S.A., acionista indireto da Companhia, ter se comprometido com um acordo de leniência, e estar prestando todos os esclarecimentos necessários, a Companhia não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, bem como não sofreu busca e apreensão em seus estabelecimentos bem como sequer foi alvo de menções e não teve nenhum executivo mencionado, indiciado, denunciado ou tampouco condenado até o momento. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados do referido acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

A emissão das Informações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria da Companhia em 31 de julho de 2018.

2. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico nº CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nesta ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao

Notas Explicativas

apresentado nas demonstrações contábeis anuais. A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis adotadas na apresentação e elaboração são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, IFRS 15 – Receita de contratos com clientes e IFRS 9 – Instrumentos financeiros, adotadas pela Companhia, não resultaram em impactos significativos nas informações contábeis intermediária do semestre findo em 30 de junho de 2018, sendo que as demais normas permaneceram válidas para essas informações trimestrais. Portanto, essas informações trimestrais não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações contábeis anuais e, conseqüentemente, as correspondentes informações devem ser lidas em conjunto com a Nota Explicativa nº 2 daquelas demonstrações contábeis. Essas políticas foram consistentemente aplicadas em todos os períodos de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

As notas explicativas que não sofreram alterações relevantes em relação às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 não foram incluídas nessas informações trimestrais. Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB:

O *International Accounting Standards Board (IASB)* publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

a) Em vigor para períodos iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2019:

- **IFRS 16/CPC 06(R2) – Leasing:** estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações serão tratadas como revisão do CPC 06.

Algumas das alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente, e a Administração está avaliando os impactos dessas alterações em suas demonstrações contábeis.

2.2. Resumo das principais políticas contábeis

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o

Notas Explicativas

exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis anuais de 31 de dezembro de 2017.

2.3. Reapresentação de saldos de períodos anteriores modificados

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2018, a Administração da Companhia identificou que a classificação dos saldos relativos às rubricas de mútuos - partes relacionadas foi realizada de forma inadequada quanto à apresentação dos saldos entre o passivo circulante e o passivo não circulante.

Desta forma, os valores correspondentes relativos às informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto pelos Pronunciamentos Técnicos nº CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil em atendimento às práticas contábeis, conforme demonstrado a seguir:

Em milhares de reais	Impactos		
	Anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Mútuos-partes relacionadas	337.298	337.298	-
Total passivo circulante	337.298	337.298	-
Mútuos-partes relacionadas	-	337.298	337.298
Total passivo não circulante	-	337.298	337.298

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Notas Explicativas

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 30 de junho de 2018		
Fornecedores	16.462	2.110
Fornecedores - partes relacionadas	54.593	-
Mútuos - partes relacionadas	-	350.739
Empréstimos e financiamentos	984.820	-
Em 31 de dezembro de 2017		
Fornecedores	30.811	2.514
Fornecedores - partes relacionadas	49.460	-
Mútuos - partes relacionadas	-	337.298
Empréstimos e financiamentos	983.442	-

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outras obrigações;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Notas Explicativas

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Com a renovação do empréstimo ponte do BNDES, detalhado na nota nº 14, houve a alteração da metodologia de cálculo de juros sobre o principal, utilizando a Taxa de Longo Prazo ("TLP") em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP").

Na nova metodologia, a TLP é composta de uma parcela de juros reais fixa ao longo da vida do contrato, e de uma parcela variável indexada à inflação (IPCA).

Não houve alteração para o empréstimo da CEF, sendo utilizado a TJLP.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e o índice de inflação IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP (*)	6,6%	6,7%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%	6,5%
IPCA (*)	3,5%	4,0%	4,0%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%

(*) Fonte: Projeção Banco Santander – 13/07/2018.

Notas Explicativas

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e no índice de inflação IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	6,5%	8,2%	9,8%
IPCA (*)	3,8%	4,7%	5,7%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2018 a 2025 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Empréstimo Ponte CEF	nov/18	Alta TJLP	32.894.753	32.947.202	32.999.190

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação - IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Empréstimo Ponte BNDES	nov/18	Alta IPCA	73.734.787	73.826.237	73.917.680

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

Notas Explicativas

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o semestre findo em 30 de junho de 2018.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta "Reserva". O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumarizados:

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 14)	984.820	983.442
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(4.722)	(10.667)
Aplicações Financeiras (Nota 7)	(9.332)	(28.532)
Dívida líquida	970.766	944.243
Total do patrimônio líquido	325.505	338.918
Total do capital próprio e de terceiros	1.296.271	1.283.161
Índice de alavancagem financeira - %	75%	74%

3.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Notas Explicativas

As estimativas e os julgamentos contábeis aplicados na elaboração destas Informações contábeis intermediárias correspondem às estimativas e aos julgamentos contábeis aplicados na elaboração das demonstrações contábeis anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	4.722	10.667
Aplicações financeiras	9.332	28.532	-	-
Contas a receber	-	-	20.199	18.615
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	649	641
	9.332	28.532	25.570	29.923
			Outros passivos financeiros	
			30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos			984.820	983.442
Fornecedores			18.572	33.325
Fornecedores - partes relacionadas			54.593	54.558
Mútuos - partes relacionadas			350.739	337.298
Contas a pagar			11.185	5.602
			1.419.909	1.414.225

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	19.808	17.997
Receitas acessórias	391	618
Total de contas a receber	20.199	18.615
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	9.332	28.532
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	9.332	28.532
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	23	21
Bancos conta movimento	3.418	9.112
Numerários em trânsito	661	828
Fundo de troca	620	706
	4.722	10.667
	14.054	39.199

Notas Explicativas

6. Caixa e equivalentes de caixa

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Caixa geral	23	21
Bancos conta movimento	3.418	9.112
Numerários em trânsito	661	828
Fundo de troca	620	706
	4.722	10.667

7. Aplicações financeiras

Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresenta aplicações financeiras, no montante de R\$ 9.332 (31 de dezembro de 2017 – R\$ 28.532). A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na melhoria da infraestrutura da rodovia.

8. Contas a receber

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Automatic Vehicle Identification ("AVI")	13.703	13.046
Vale pedágio	6.105	4.951
Receitas acessórias	391	618
	20.199	18.615

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 30 de junho de 2018, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa das contas a receber.

9. Despesas antecipadas

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Seguros a apropriar	13.243	5.132
Despesas com financiamentos e outras	2.849	2.580
	16.092	7.712
Ativo circulante	13.516	4.763
Ativo não circulante	2.576	2.949

10. Partes relacionadas

	SalDOS			Transações		
	Ativo	Passivo		Resultado		
	Contas a Receber	Mútuo	Fornecedores	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (i)	-	-	54	416	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (ii)	-	-	39.793	-	-	-
Odebrecht Rodovias S.A. (iii)	-	302.814	-	1.372	-	11.604
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	644	-	9.855	-	-	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (v)	-	-	4.827	-	-	-
Odebrecht Transport S.A. (vi)	5	47.925	-	-	-	1.837
Odebrecht Previdência ("Odeprev") (vii)	-	-	64	-	104	-
Em 30 de junho de 2018	649	350.739	54.593	1.788	104	13.441
Em 31 de dezembro de 2017	641	337.298	54.558	33.495	105	37.711

Notas Explicativas

a) Composição

Em 30 de junho de 2018, os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativo a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

- (i) Refere-se a rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação) prestados pela CNO;
- (ii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de EPC (*Engineering, Procurement and Construction*), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (*turn-key lump sum*), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO BR"), atual OEI, para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assunção da rodovia pela Companhia. O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção ("INCC"), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), índice de obras rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos.

A contratação da OEI para execução dos serviços de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Este contrato possui como garantia um Seguro Garantia no valor de R\$ 116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia BR-163/MT.

(iii)

Data do contrato	Nota	Taxa de remuneração	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
30/12/2015	(a)	125% do CDI	203.544	195.744
23/02/2016	(b)	125% do CDI	26.065	25.066
14/03/2016	(b)	125% do CDI	20.390	19.609
28/03/2016	(b)	125% do CDI	27.026	25.990
08/07/2016	(c)	125% do CDI	25.789	24.801
			302.814	291.210

- a) Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias;
- b) Em 23 de fevereiro de 2016, 14 de março de 2016 e 28 de março de 2016 a Companhia firmou contratos de mútuos com sua controladora indireta OTP. Em 07 de julho de 2016, a OTP assinou contratos de cessão de créditos com sua controlada direta ODBVias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia. Portanto, a partir desta data, a Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista ODBVias;

Notas Explicativas

- c) Em 08 de julho de 2016, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias.

Os mútuos estão subordinados ao vencimento do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, os pagamentos dos mútuos ficam subordinados a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. Os mútuos poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

O vencimento dos mútuos é indeterminado, conforme último aditivo.

Os recursos captados através destas operações de mútuos deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na rodovia.

No semestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 11.604 de juros sobre os contratos de mútuo com a ODBVias.

- (iv) Em 8 de outubro de 2015, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e ODBVias assinaram o Termo de Distrato e Encerramento contratual, o qual formaliza o encerramento contratual, tendo em vista a conclusão das obras.

Em 1º de setembro de 2016, a Companhia assinou um acordo de rateio de despesas com a ODBVias para rateio de despesas administrativas e financeiras. O acordo visa evitar o dispêndio excessivo de recursos por parte das empresas envolvidas, considerando que a ODBVias já dispõe de uma estrutura para atuar em negócios e operações em geral, com pessoal especializado e com prestadores de serviços terceirizados, que podem ser compartilhados com as demais empresas envolvidas no acordo.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia assinou contrato de elaboração de projetos de engenharia com a ODBVias, que tem como objeto prestação de serviços de engenharia para elaboração e desenvolvimento de anteprojetos, projetos executivos para as obras de fluidez da rodovia dos Imigrantes – BR-070 e para o Trecho de 108 km entre Cuiabá/MT e Rosário Oeste/MT. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um bônus de desempenho, caso o projeto executivo final resulte em redução de valores totais de implantação das obras. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato.

Notas Explicativas

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia celebrou contrato de gerenciamento, acompanhamento, qualificação e consultoria de engenharia e construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras, os projetos e execução dos serviços de conserva especial e de rotina executados por terceiros contratados pela Companhia e executar orçamentos de obras e custos indiretos, prestação de serviços de consultoria técnica especializada de engenharia e meio ambiente e elaboração de estudos de viabilidade dos investimentos relativos as obras. Este contrato prevê três naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa”, “remuneração variável” e “remuneração mediante aprovação de orçamento”. A remuneração fixa corresponde ao percentual de 5,29% aplicado sobre os serviços gerenciados discriminados nas ordens de serviço emitida pela ODBVias, será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições elaboradas de acordo com as respectivas ordens de serviço. Remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. A remuneração mediante aprovação de orçamento consiste em serviços técnicos especializados prestados pelo corpo técnicos de profissionais especialistas em projetos, soluções de engenharia e orçamentos de obras da ODBVias. Não há garantias previstas neste contrato.

- (v) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente a locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, série 3, acumulado no período. No semestre findo em 30 de junho de 2018, foi registrado o montante de R\$ 4.827. Não há garantias previstas neste contrato.

(vi)

Data de liberação	Taxa de remuneração	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
24/06/2016	125% do CDI	47.925	46.088
		47.925	46.088

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP.

Os mútuos estão subordinados ao vencimento do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, os pagamentos dos mútuos ficam subordinados a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. Os mútuos poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

No semestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.837 de juros sobre o contrato de mútuo.

Notas Explicativas

(vii) Odeprev refere-se a plano de previdência complementar da Companhia.

b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia, nos trimestres findo em 30 de junho de 2018 e 2017, totalizaram os montantes de R\$ 1.729 e R\$ 1.206, respectivamente:

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Salários	1.344	887
Encargos	272	295
Previdência complementar	55	8
Outros	58	16
	1.729	1.206

11. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Prejuízo fiscal	24.850	22.919
Resultado pré-operacional	12.886	15.978
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(41.222)	(41.013)
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01	22.009	13.048
Outras diferenças temporárias	783	1.493
	19.306	12.425

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
2019	12.406	11.356
2020	12.444	11.563
	24.850	22.919

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Notas Explicativas

12. Imobilizado

a) Composição

			30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Equipamentos e instalações	10	537	(174)	363
Móveis e utensílios	5 a 10	576	(264)	312
Veículos	20	1.856	(1.267)	589
Computadores e periféricos	5	2.214	(1.174)	1.040
Obras em andamento	-	72	-	72
		5.255	(2.879)	2.376

b) Movimentação

	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e periféricos	Obras em andamento	Total
Custo	524	577	1.857	2.161	-	5.119
Depreciação acumulada	(153)	(231)	(1.082)	(952)	-	(2.418)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	371	346	775	1.209	-	2.701
Adições	13	-	-	53	72	138
Depreciação	(21)	(34)	(186)	(222)	-	(463)
Saldo contábil	363	312	589	1.040	72	2.376
Custo	537	576	1.856	2.214	72	5.255
Depreciação acumulada	(174)	(264)	(1.267)	(1.174)	-	(2.879)
Saldo em 30 de junho de 2018	363	312	589	1.040	72	2.376
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5 a 10	20	5	*	

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na demonstração do resultado dos períodos, conforme Notas nºs 21 e 22.

13. Intangível

Infraestrutura

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Custo	810.528	90.359	723.254	157.223	969	1.782.333
Amortização acumulada	(32.474)	(8.256)	(18.598)	-	(228)	(59.556)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	778.054	82.103	704.656	157.223	741	1.722.777
Adições	12	405	-	42.991	-	43.408
Baixas, líquidas de amortização	-	(169)	-	-	-	(169)
Amortização	(6.232)	(1.718)	(8.333)	-	(97)	(16.380)
Saldo contábil	771.834	80.621	696.323	200.214	644	1.749.636
Custo	810.538	90.544	723.256	200.214	969	1.825.521
Amortização	(38.704)	(9.923)	(26.933)	-	(325)	(75.885)
Saldo em 30 de junho de 2018	771.834	80.621	696.323	200.214	644	1.749.636
Taxas anuais de amortização (%) (*)					20	

(*) Os demais intangíveis foram amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão (30 anos).

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “gerais e administrativos” na demonstração do resultado dos períodos, conforme Notas explicativas nºs 21 e 22.

(i) Intangível – Infraestrutura

Refere-se aos custos dos investimentos na infraestrutura da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

Notas Explicativas

A amortização, dos itens de recuperação, operação, melhoramentos e intangível em formação, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da concessão. Esta projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

As adições do semestre findo em 30 de junho de 2018, refere-se à ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01-R1 – Contrato de concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

- **Recuperação**

A descrição da rubrica “Recuperação” consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

- **Operação**

A descrição da rubrica “Operação” consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica “Melhoramentos” consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

- **Intangível em formação**

A descrição da rubrica “Intangível” em formação é referente aos itens classificados como recuperação, operação e melhoramentos que ainda estão em fase de construção.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 4.762, no semestre findo em 30 de junho de 2018 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 17.649).

Notas Explicativas

A Companhia possui junto à CNO adiantamentos no montante de R\$ 71.403, relacionados à execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT.

Após o início das operações de arrecadação, o critério de amortização destes itens foi alterado para a curva de tráfego, exceto pelo grupo de softwares, que é amortizado pelo método linear e alocado ao resultado. Até o início da arrecadação os demais itens do ativo intangível foram amortizados linearmente de acordo com o prazo da concessão.

14. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TLP + 2,9%	666.258	666.096
Empréstimo Caixa Econômica Federal (c)	R\$	TJLP + 3,5%	330.680	329.703
Custos de captação a amortizar (d)	R\$		(12.118)	(12.357)
			984.820	983.442

a) Movimentação

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Saldo no final do exercício	983.442	1.001.043
Juros provisionados	46.588	93.755
Juros pagos	(45.449)	(106.581)
Custo de transação	(22.393)	(49.338)
Amortização do custo de transação	22.632	44.563
Saldo final do exercício	984.820	983.442

b) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o BNDES assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1, no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da rodovia BR-163 MT, com vencimento inicial em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,9% a.a., acima da TJLP.

O BNDES liberou o montante de R\$ 590.000 para a Companhia, sendo R\$ 240.000 em 24 de setembro de 2014, R\$ 200.000 em 26 de dezembro de 2014, e R\$ 150.000 em 22 de abril de 2015.

Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: **(i)** prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016; e **(ii)** data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 para 15 de abril de 2016.

Em 12 de abril de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: **(i)** prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 para 15 de abril de 2016, e **(ii)** data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 para 08 de maio de 2016.

Notas Explicativas

Em 06 de maio de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de amortização do empréstimo para 29 de julho de 2016, mediante assinatura de carta fiança da ODBVias e da OTP na qual prevê garantia do cumprimento das obrigações no âmbito do contrato de prestação de garantia.

Em 22 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 29 de julho de 2016 para 14 de novembro de 2016. Em paralelo, em 26 de julho de 2016, celebrou aditivo do contrato de prestação de garantias junto aos bancos fiadores, em que foi prevista a constituição de uma conta “Reserva” com depósitos equivalentes aos juros devidos desde 15 de maio de 2016. Já a amortização de principal e juros do empréstimo ponte junto ao BNDES seria realizada em parcela única.

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 14 de novembro de 2016 para 15 de fevereiro de 2017. Neste aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em novembro de 2016, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde 15 de maio de 2016, no montante de R\$ 31.664, que estavam depositados em conta “Reserva”, além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A partir desta alteração nas obrigações da Companhia, deixou de ser necessária a continuidade da realização de depósitos na conta reserva constituída junto aos bancos fiadores.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de fevereiro de 2017 para 15 de maio de 2017.

Em 15 de maio de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de maio de 2017 para 15 de agosto de 2017, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes. Mediante o cumprimento de exigências previstas no contrato em questão, a Companhia obteve a prorrogação automática do vencimento da dívida para 15 de novembro de 2018.

Em 15 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de novembro de 2017 para 15 de fevereiro de 2018, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

Em 15 de fevereiro de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do empréstimo ponte de 15 de fevereiro de 2018 para 15 de maio de 2018, que ocorre de acordo com o previsto em contrato firmado entre as partes.

Notas Explicativas

Em 15 de maio de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES com as condições, para (i) substituir no âmbito do Contrato de Financiamento Ponte BNDES, a partir de 15 de maio de 2018, a metodologia de cálculo dos juros remuneratórios incidentes sobre o principal, utilizando-se da Taxa de Longo Prazo - TLP em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, (ii) prorrogar a data de vencimento da parcela única de amortização do principal da dívida, de 15 de maio de 2018 para 15 de agosto de 2018, (iii) prorrogar automaticamente a data de vencimento da parcela única de amortização do principal da dívida, para 15 de novembro de 2018, desde que ocorra a apresentação da prorrogação das cartas de fiança ou renovação das Cartas de Fiança vigentes, com validade e vigência, no mínimo, até 15 de dezembro de 2018.

O saldo atualizado dos contratos em 30 de junho de 2018 é de R\$ 666.258.

c) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº 445.809-84, no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a. acima da TJLP. O vencimento do principal e dos juros do financiamento está previsto para 20 de fevereiro de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças junto aos bancos fiadores e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade de a Companhia constituir uma Conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do empréstimo ponte junto à CEF desde 01 de agosto de 2016.

Em 03 de março de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de fevereiro de 2017 para 20 de maio de 2017 limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte BNDES. Neste aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em março de 2017, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde agosto de 2016 no montante de R\$ 21.120, que estavam depositados em conta “Reserva”, além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A liquidação desses juros futuros devidos mensalmente será efetuada a partir dos depósitos na conta “Reserva” constituída junto à CEF.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2017 para 20 de novembro de 2017, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Em 20 de novembro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de novembro 2017 para 20 de maio de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

Notas Explicativas

Em 14 de junho de 2018, a Companhia celebrou aditivo contratual junto à CEF, prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2018 para 20 de novembro de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES.

O saldo atualizado do contrato em 30 de junho de 2018 é de R\$ 330.680.

d) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

			30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
	CEF	BNDES	Total	Total
Saldo no início do período / exercício	888	11.469	12.357	7.582
Custos incorridos	880	21.513	22.393	49.338
(-) Amortizações	(1.049)	(21.583)	(22.632)	(44.563)
Saldo no final do período / exercício	719	11.399	12.118	12.357

e) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras ("fiadores"). Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Em 06 de maio de 2016 a ODBVias e a OTP assinaram carta de fiança corporativa em favor dos fiadores perante o contrato de prestação de garantias. Esta fiança garante aos fiadores o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias do contrato de prestação de garantias.

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

f) Principais compromissos assumidos

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento ponte foram cumpridas pela Companhia em 30 de junho de 2018.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Encargos sociais e trabalhistas	4.570	4.383
Participação nos lucros e resultados	1.843	3.625
	6.413	8.008

Notas Explicativas

16. Contas a pagar

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Seguros a pagar	9.367	1.471
Verbas do contrato de concessão	683	1.210
Outras contas a pagar	1.135	2.921
	11.185	5.602

17. Contingências e provisões para causas judiciais

	30 de junho de 2018	31 de dezembro de 2017
Reclamações cíveis	429	471
Reclamações trabalhistas	17	-
Outras	56	28
	502	499

A Companhia tem ações de naturezas cíveis e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 9.738 em 30 de junho de 2018 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 8.689).

No período findo em 30 de junho de 2018, a Companhia apresenta R\$ 1.505 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 1.343) na rubrica de depósitos judiciais referente à processos de desapropriações, ações trabalhistas e cíveis.

18. Provisão para conserva especial

Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 69.960 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 40.979) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados a valor presente de 10,47% a.a. (31 de dezembro de 2017 - 11,15% a.a.) e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 363.558, representado por 363.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista ODBVias.

Notas Explicativas

20. Receita líquida

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2018	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2017
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	17.617	41.347	27.231	67.129
Receitas em numerário	31.633	65.700	32.585	65.218
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	39.755	78.269	38.279	75.986
Receitas de vale pedágio (iii)	24.966	52.311	22.808	47.508
Receitas acessórias	556	1.043	2.310	3.235
Receita de operação	96.910	197.323	95.982	191.947
Receita total	114.527	238.670	123.213	259.076
Tributos sobre serviços de operação	(8.213)	(16.708)	(8.213)	(16.274)
Outras deduções	(5)	(9)	(91)	(130)
	106.309	221.953	114.909	242.672

- (i) A Companhia reconheceu, nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, R\$ 41.347 e R\$ 67.129, respectivamente, como receita de construção ICPC 01-R1 – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro. A redução do valor da receita de construção, quando comparada com o período anterior refere-se basicamente à suspensão das obras de duplicação em decorrência da não liberação do financiamento de longo prazo;
- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento "Automatic Vehicle Identification" (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo Visa e Dbtrans).

21. Custo dos serviços

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2018	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2017
Depreciação e amortização	(8.631)	(16.609)	(6.352)	(12.187)
Salários e encargos	(7.481)	(14.983)	(8.017)	(15.487)
Gastos gerais	(3.931)	(7.658)	(5.334)	(10.586)
Serviços de terceiros	(10.737)	(31.174)	(9.108)	(20.240)
Seguros	(4.645)	(6.071)	(1.708)	(2.775)
Provisão para conserva especial	(13.860)	(26.356)	(6.591)	(11.390)
Materiais	(2.862)	(6.202)	(1.025)	(2.151)
Aluguéis	(209)	(407)	(204)	(425)
	(52.356)	(109.460)	(38.339)	(75.241)
Custo de construção ICPC 01-R1	(17.617)	(41.347)	(27.231)	(67.129)
	(69.973)	(150.807)	(65.570)	(142.370)

22. Despesas gerais e administrativas

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2018	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2017
Salários e encargos	(2.175)	(4.469)	(2.324)	(4.699)
Serviços de terceiros	(1.889)	(3.570)	(964)	(2.382)
Depreciação e amortização	(121)	(234)	(122)	(340)
Materiais e equipamentos	(339)	(564)	(186)	(365)
Despesa com veículos	(96)	(178)	-	-
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(406)	(845)	-	-
Despesas com viagens	(137)	(310)	(161)	(313)
Provisão para contingências	(59)	(3)	(9)	(76)
Gastos gerais	(675)	(1.296)	(757)	(1.845)
	(5.897)	(11.469)	(4.523)	(10.020)

Notas Explicativas

23. Resultado financeiro, líquido

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2018	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2017
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(20.918)	(42.039)	(18.660)	(37.393)
Juros sobre mútuos	(6.724)	(13.441)	(9.958)	(21.330)
Custos de transação	(10.060)	(21.342)	(11.222)	(20.872)
Juros sobre atraso	(212)	(567)	(281)	(975)
IOF	(24)	(24)	(132)	(457)
Ajuste a valor presente	(1.490)	(2.625)	(423)	(694)
Outras	(681)	(1.472)	(192)	(389)
	(40.109)	(81.510)	(40.868)	(82.110)
Receitas financeiras				
Receita de aplicações financeiras	311	810	123	777
Outras	273	281	37	77
	584	1.091	160	854
Resultado financeiro, líquido	(39.525)	(80.419)	(40.708)	(81.256)

24. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2018	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2018	Período de 1º de abril a 30 de junho de 2017	Período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2017
Resultado antes dos impostos	(8.982)	(20.294)	4.196	9.096
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	3.054	6.900	(1.427)	(3.093)
Exclusões permanentes, liquidas	(6)	(19)	-	-
Outros	63	-	(2)	(33)
Efeito IR e CSLL no resultado	3.111	6.881	(1.429)	(3.126)
IR e CSLL diferido	3.111	6.881	(1.429)	(3.126)
Total de IR e CSLL diferidos	3.111	6.881	(1.429)	(3.126)

25. Lucro (prejuízo) por ação**Básico**

O lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os semestres findos em 30 de junho:

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Lucro (prejuízo) do período	(13.413)	5.970
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	164.841	231.121
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	(81,37)	25,83

26. Demonstração do fluxo de caixa

- a) A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa dos semestres findos em 30 de junho. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	30 de junho de 2018	30 de junho de 2017
Fornecedores	(6.022)	20.004
Partes Relacionadas	-	40.802
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(6.022)	60.806
Aquisição de ativo intangível	6.022	(60.806)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	6.022	(60.806)

Notas Explicativas

27. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do contrato de concessão, onde são exigidos: **(i)** seguro de danos materiais; **(ii)** seguro de responsabilidade civil e **(iii)** seguro garantia do poder concedente.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Risco de engenharia + ALOP	2.900.341	mar/14 a mar/21
Garantia de concessões públicas	353.446	mar/18 a mar/19
Risco operacional	342.704	jun/17 a dez/18
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000	mai/14 a mar/19
Risco de administradores e diretores	40.000	abr/18 a abr/19
Responsabilidade civil	80.000	jun/18 a dez/19
Seguro de veículos (a)	(*)	out/17 a set/18

(*) 100% a 110% da tabela FIPE.

28. Eventos subsequentes

Em 16 de julho de 2018, a Companhia efetuou o pagamento de juros junto ao BNDES, no montante de R\$ 5.644.

Em 20 de julho de 2018, a Companhia efetuou o pagamento de juros junto à CEF, no montante de R\$ 2.505.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota do Oeste

Cuiabá – MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. (Companhia), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance de revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 30 de junho de 2018, o total do passivo circulante da Companhia excede o total do ativo circulante em R\$ 1.376.309 oriundos da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. Conforme mencionado na Nota Explicativa no 1, a Companhia encontra-se em negociação com instituições financeiras para a contratação de novos empréstimos e financiamentos de longo prazo, para reequilíbrio dessa situação. A eventual não confirmação da captação de recursos com terceiros indicam existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de seus planos de negócios. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Ênfase

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 1 às informações contábeis intermediárias, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem determinadas empresas e executivos do Grupo Odebrecht, da qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas conseqüências futuras. As informações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa no 2.3, durante o semestre findo em 30 de junho de 2018, a Administração da Companhia identificou que a classificação dos saldos relativos às rubricas de Mútuos-partes relacionadas foi realizada de forma inadequada quanto à apresentação dos saldos entre o passivo circulante e o passivo não circulante. Desta forma, os valores correspondentes relativos às informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto e requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 01 de março de 2018, havíamos emitido nosso relatório de auditoria sem modificação e com as mesmas, ênfase e parágrafo de incerteza deste relatório de revisão limitada, sobre as demonstrações contábeis do exercício findo naquela data da Companhia, que ora estão sendo reapresentados. Concluímos que tais reclassificações são apropriadas e foram corretamente efetuados. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVAs), referentes ao período de seis meses findo em 30 junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de julho de 2018

Nelson Fernandes Barreto Filho

CT CRC 1SP-151.079/O-0 “S” MT

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1 “S” MT

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018.

Cuiabá, 31 de julho de 2018.

Diogo Wanderley Costa Santiago

Diretor Presidente e Diretor Técnico de Engenharia

Fernando Cezar Xavier

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018.

Cuiabá, 31 de julho de 2018.

Diogo Wanderley Costa Santiago

Diretor Presidente e Diretor Técnico de Engenharia

Fernando Cezar Xavier

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores